

Seminário de História Religiosa Moderna
Ano de 2009 – A Inquisição
2ª Sessão – 21 de Abril de 2009 – 17.00h-19.30h

1. **Comunicação: Inventários de bens de mercadores portugueses detidos pelo Santo Ofício no século XVII: possibilidades e perspectivas**, por Isabel Drumond Braga (Universidade de Lisboa)
2. **Presenças:** 17 participantes.
3. **Introdução:** José Pedro Paiva, em nome da Comissão Científica, forneceu algumas informações sobre a dinâmica do Seminário e a sua página WEB, solicitando a todos os participantes a apresentação de propostas que visem corrigir ou melhorar a informação disponibilizada no referido *site*. De seguida, proferiu um intervenção introdutória, na qual procurou enquadrar o tópico da comunicação da conferencista convidada no contexto geral do programa do Seminário, alertando ainda para alguns problemas historiográficos que o assunto em debate pode suscitar (pode ver o texto desta intervenção nesta página).
4. **Texto da comunicação:** Veja-se o texto disponibilizado pela autora nesta página.
5. **Bibliografia:** Em função da ausência do Doutor Camões Gouveia, devido a indisponibilidade de última hora, na sessão de hoje não foi feita a habitual apresentação comentada e crítica de bibliografia sobre o tema da sessão.
6. **Debate:** Após a conferência seguiu-se um espaço de debate em que intervieram os seguintes participantes: José Alberto Tavim, Alexandre Pinto, Sara Bravo Ceia, Ana Maria Alves, Maria dos Anjos Luís, António Ribeiro, Ana Cristina Trindade e José Pedro Paiva. A discussão proposta centrou-se em torno de um amplo conjunto de discussões que permitiram à conferencista esclarecer, aprofundar e debater algumas das propostas sugeridas pela sua intervenção: A amostra de inventários de bens utilizados resultou de uma selecção que visava apenas tratar casos de mercadores cristãos-novos, ou não havia réus da Inquisição pobres, sem bens? Será possível a partir dos dados e das metodologias de análise utilizadas produzir um geografia da distribuição da riqueza material dos processados pela Inquisição que tenha algum significado/representatividade a nível nacional e são esses valores passíveis de ser cartografados? Há referências a livros e sua posse nos inventários de bens de mercadores? Em que circunstâncias e quando é que os bens inventariados e sequestrados eram objecto de confisco, e em que casos eram devolvidos aos réus? Qual a proveniência e autoria das obras de pintura referidas nos inventários de mercadores? Quando os réus não tinham bens, ou não os declaravam, como era subsidiado o custo do seu encarceramento? O Tribunal tomava por boas e não duvidava das relações de bens apresentadas pelos réus em interrogatório, ou tinha meios para, posteriormente, apurar a exactidão ou omissões dessas declarações? Sendo os bens confiscados aos réus como se processava a sua venda? Eram vendidos e comprados por quem? Os preços praticados correspondiam aos valores reais dos bens vendidos? Que impactos tinham estes confiscos e transacções na vida económica e social local? Será possível a partir destes inventários de bens, e concretamente tendo por base a análise das referências à posse objectos de culto declarados pelos réus, como oratórios, imagens de santos, crucifixos, terços/rosários, etc., apurar sensibilidades/práticas devocionais e crenças dos processados pelo Santo Ofício

e, no caso concreto dos cristãos novos, sondar a convicção interior ou não da sua adesão ao cristianismo?